



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Ampliação Industrial e Agrícola", de responsabilidade da Lwarcel I Celulose Ltda., na cidade de Lençóis Paulista, em 28 de fevereiro de 2012.

Realizou-se, no dia 28 de fevereiro de 2012, às 17 horas, no Auditório do Lions Clube, Avenida Padre Salústio Rodrigues Machado, 895, Jardim Ubirama, Lençóis Paulista/SP, a audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Ampliação Industrial e Agrícola", de responsabilidade da Lwarcell Celulose Ltda. (Processo 129/211). Dando início aos trabalhos, a Secretária-Executiva Adjunta do CONSEMA, Cecília Martins Pinto, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Izabel Cristina Campanari Lorezenti e Everton Octaviani, Prefeita do Município de Lençóis Paulista e Prefeito do Município de Agudo, respectivamente; Márcio Caneppele Santarém e Leandro Orsi Brandi, Diretor de Saúde do Município de Lençóis Paulista e Diretor Jurídico do Município de Lençóis Paulista, respectivamente –, do Poder Judiciário – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Mário Ramos dos Santos e Ana Lúcia Aiello, Juiz da 2ª Vara Judicial e Juíza da Primeira Vara da Comarca de Lençóis Paulista; e Henrique Ribeiro Varonez, Promotor de Justiça da Comarca de Lençóis Paulista –, dos órgãos públicos – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Primeiro Tenente Wlader, do Comando do Policiamento Ambiental de São Paulo; Luiz Cláudio Massa, Delegado da Polícia Civil do Município de Lençóis Paulista; Alcides Tadeu Draga, Gerente da Agência Ambiental do Estado de São Paulo/Bauru –; das organizações da sociedade civil – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Sebastião Carlos Gonçalves de Lima, Diretor do CIESP/Bauru; José Carlos Sanches, Diretor e representante do Grupo Incol; Ricardo Coube, membro do CIESP/Bauru; Edison Batistão, Diretor da FIESP/CIESP/Botucatu; Rodolfo Peretrim, representante do Partido Socialismo e Liberdade-PSOL; e Márcio José dos Santos, representante do Movimento dos Sem Terras de Agudos; das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Ampliação Industrial e Agrícola”, de responsabilidade da Lwarcell Celulose Ltda., (Proc. 129/2011). Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que dêem as opiniões, formulem indagações, apresentem suas contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para melhoria dos estudos, projeto ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre ele/ela. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em seqüência, se manifestam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal; a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falariam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim poderão manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitos pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, aquele que o desejasse e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse. Declarou que se encontrava presente, nesta audiência, um representante da área de licenciamento ambiental da CETESB, eng^a, Maria Cristina Poletto, Gerente do Setor de Avaliação Ambiental de Empreendimentos Industriais e Agroindustriais do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental da CETESB, a quem convidava para compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, que era presidida por ele, Secretário-Executivo, e por um membro do CONSEMA, mas que até agora nenhum havia comparecido. Maria Cristina Poletto declarou que representava o Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos da CETESB, onde tramitava o empreendimento que era objeto dessa audiência. Comentou que o ele se encontrava na primeira fase do licenciamento, a qual culminava com a elaboração de parecer conclusivo indicando ou negando a viabilidade ambiental do empreendimento. Acrescentou que esse parecer seria encaminhado ao CONSEMA, cujo Plenário avocaria ou não para si sua análise. Em caso positivo, observou, esse documento seria analisado pelos membros desse Colegiado, os quais corroborariam ou não a indicação que a CETESB nele oferece sobre a viabilidade ou inviabilidade do empreendimento. Se reconhecida tal viabilidade, o CONSEMA concederia a licença prévia e encaminharia o processo para o Departamento de Avaliação de Empreendimentos da CETESB, para que dê continuação ao licenciamento. Lembrou que os posicionamentos e sugestões feitas durante as audiências seriam igualmente analisados pela equipe de técnicos da CETESB, e, no caso de serem aceitos, incorporados ao parecer. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da equipe responsável pela apresentação do EIA/RIMA. Pedro Wilson Stefanini, Gerente Industrial da Lwarcell Celulose Ltda., apresentou um breve histórico do empreendimento, sua organização, etapas de desenvolvimento e objetivos, enquanto Kleib Fadel, representante da Poyri Tecnologia, empresa representante de consultoria responsável pela elaboração dos estudos, apresentou uma síntese do EIA/RIMA, precisamente os motivos da escolha da localização, da capacidade pretendida para o empreendimento quando de sua plena ocupação, dos impactos que promoverá, principalmente nos recursos hídricos e nos meios físico, biótico e antrópico, e as medidas de mitigação que serão implementadas com o objetivo de preveni-los ou mitigá-los. Passou-se àquela em que se manifestam representantes do Ministério Público. **Henrique Ribeiro Varonês**, Promotor de Justiça de Lençóis Paulista, chamou atenção, primeiramente, para a importância que o município deu a essa audiência, pois era visível o interesse manifesto pela população, pelos órgãos públicos e pelas autoridades locais, o que se deve talvez à expectativa gerada por um empreendimento com essas proporções. Referiu-se aos problemas ambientais gerados anteriormente pela empresa e, ao mesmo tempo, à sua disposição para solucioná-los, e informou que a implementação de todos os programas apresentados foram acompanhados pelo Ministério Público e pelos órgãos estaduais e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

federais envolvidos. Lembrou que todos os órgãos atestaram a regularidade ambiental desse projeto diante do qual não teve dúvidas da necessidade de se elaborar o EIA/RIMA cuja análise o fez reconhecer a necessidade de buscar informações sobre a atuação da empresa nos locais onde uma de suas unidades já foi implantada. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. **Ricardo Kobe**, representante do CIESP/Bauru, lembrou que, em 2005, participou da criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico Regional, que pretendia fomentar o desenvolvimento regional e que levou a reconhecer o potencial de cada região e, assim, contribuir para o funcionamento de ferrovia, aeroportos e hidrovias existentes na região. Lembrou que à época Lençóis Paulista era um modelo de gestão pública a ser seguido nacionalmente e que o Grupo Lwarcel sempre representou, para os empresários da região, um perfeito modelo a ser seguido. Declarou solidarizar-se com mais esse projeto, que contribuirá significativamente para melhoria da qualidade de vida. **Edson Baptistão**, diretor da FIESP/CIESP, declarou sentir-se uma pessoa iluminada por ter conhecido esse grupo, desde quando começou - isso não faz quarenta anos - e a história dessa família, que, realmente, emociona. Acrescentou que muitas cidades do Estado e do Brasil gostariam de ter o privilégio de contar com um grupo tão forte e tão bem dirigido como este. **Rodolfo Peretrim** declarou ser militante do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e que não era muito agradável ser voz dissonante em atividades como esta. Pediu aos presentes que refletissem sobre a situação ambiental, acerca da qual possuía uma visão distinta daquela oferecida no início dos trabalhos. Referiu à tese de mestrado defendida no *campus* da UNESP de Botucatu segundo a qual a situação atual das áreas de preservação permanente é essencialmente conflituosa, principalmente porque não são cumpridas as determinações legais. Citou, por exemplo, que o aumento do cultivo da monocultura exerce pressão sobre uma situação já consolidada e que é bastante dramática. Chamou atenção também para o risco que corre o Código Florestal de ser totalmente desfigurado pelo Congresso Nacional, o qual atualmente estabelece que 25% das áreas das propriedades sejam reservas legais, determinação esta que, se cumprida, impediria que se instalasse a situação atual em que as reservas florestais correspondem a apenas a 2,5% do território do município, situação para a qual concorreram vários atores econômicos. Lembrou também que os projetos apresentados não trabalham com certezas, mas, sim, com probabilidades, e conclamou a todos para que se adotassem os cuidados necessários para que nada de pior acontecesse. Ressaltou que, como mostraram os dados apresentados, Lençóis é uma cidade rica, entretanto seu Índice de Desenvolvimento Humano-IDH encontra-se abaixo da média do Estado, e isso porque a geração de riqueza necessariamente não se converte em maior desenvolvimento humano. Observou que não via com bons olhos a possibilidade de a cidade se tornar exportadora, até mesmo porque, como mostra a história, nenhum lugar, nenhum país, nenhum continente enriqueceu e se desenvolveu com igualdade com base em uma economia exportadora de matérias-primas e de recursos naturais, motivo porque se preocupava que o Brasil entrasse nesse rumo, principalmente no que tange ao agronegócio. Referiu a possíveis conflitos a que podem dar lugar a situação agrária da região e a concentração de renda, que constituem fatores de desencadeamento do aumento da desigualdade. **Márcio José dos Santos**, representante do Movimento dos Sem Terra da região de Agudos, declarou que sua voz como a do manifestante que o antecedeu destoava um pouco das opiniões que até então emergiram no debate. Afirmou que, como coordenador regional do Movimento dos Sem Terra e geógrafo nas horas vagas, defendia a reforma agrária. Acrescentou que, como o companheiro que o antecedeu, via com preocupação o aumento da concentração acentuada da propriedade de terras na região nas mãos de poucos, o que causava, necessariamente, significativo problema social e econômico. Outro problema grave cuja existência



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

reconhecia dizia respeito à pouca disponibilidade hídrica da região de recarga de um dos principais aquíferos do mundo, conhecido como Aquífero Guarani, disponibilidade esta que estava sendo mapeada sistematicamente pelas grandes empresas de celulose e de laranja para a instalação de unidades de processamento, uma vez que o rendimento por planta e pelo seu crescimento eram muito maiores. Reiterou o ponto de vista de seu antecessor segundo o qual o avanço sobre as terras públicas localizadas nos Municípios de Parque, Lençóis, Borebi e Agudos – que somam, aproximadamente, 200 mil hectares, segundo levantamento do renomado geógrafo da USP, Ariovaldo Umbelino de Oliveira – dará lugar à ocorrência de graves problemas, até mesmo porque nessas terras há uma forte presença dos movimentos sociais, lutando para que o Governo Federal possa recuperá-las com vistas à implementação da reforma agrária. Acrescentou que, por essas razões, esse projeto deverá levar em consideração a reforma agrária, porque o Estado de São Paulo, a cada dia que passa, torna-se mais vulnerável ao abastecimento agrícola. Passou-se à etapa em que as pessoas se manifestam em seu próprio nome. **Norberto Pompermaier** ofereceu o seguinte depoimento: “Na condição de cidadão e como médico formado há trinta e cinco anos e especialista em medicina do trabalho e que escolheu esta cidade para viver, era responsável, hoje, por todos aqueles terceiros que trabalham na Divisão Florestal dessa empresa. São seiscentas pessoas, hoje, que são diariamente monitoradas no seu local de trabalho, plantando, cultivando a terra, capinando, cortando e transportando madeira. Essas pessoas são de Lençóis Paulista, Areópolis, Agudos, enfim, de toda a região, e são homens e mulheres, gestantes também. Reiterava que era responsável técnico por todas essas seiscentas pessoas, que têm, ao longo destes últimos dez anos como eu disse, sob minha responsabilidade, sua saúde e sua integridade psicofísica preservadas. São pessoas que, como todos nós, procuram o seu direito ao trabalho, o seu lazer. O trabalho é sagrado e a saúde é um direito. E eu posso afiançar aos senhores e à mesa que a saúde dessas pessoas é monitorada, controlada, eles não sofrem nenhum tipo de agressão. Esse é o meu testemunho”. **Altair Toniolo** declarou que, como cidadão e, também, servidor público municipal, responsável pela Diretoria de Desenvolvimento e Geração de Emprego e Renda, aproveitava a oportunidade para declarar seu apoio a essa iniciativa do Grupo Lwarcell. Declarou que uma ampliação desse porte gerava - como foi muito bem colocado - grandes desafios a todos os empreendedores e, principalmente, à população da cidade. Pontuou que via com bons olhos a geração de novos empregos no Município, que se tratava de solução e decisão acertadas, motivo por que deveriam contar com o apoio do Poder Público. Reiterou que o Município de Lençóis Paulista estava preparado para receber qualquer tipo de investimento. Ao concluir parabenizou o Grupo Lwarcell e a toda família Trecenti, a todos os seus colaboradores, inclusive àqueles que trabalharam na elaboração do relatório e que estavam conduzindo esse trabalho. **Murilo Gali** observou que, na condição de cidadão, sempre cobrou dos governantes melhor qualidade de vida, isto é, melhor infraestrutura de educação, saúde, lazer e emprego. Pontuou que a presença dessas condições acabava gerando certa disputa entre os grandes grupos econômicos que pretendem instalar suas unidades nos Municípios, o que contribuía para aumentar a demanda de emprego e a geração de impostos. Lembrou que, no entanto, a população deveria fiscalizar, com o intuito de verificar se estão sendo ou não obedecidas as exigências legais. **Gilmar Pires Moraes** declarou que não existe indústria de celulose nesse país e que só ela conserva o meio ambiente e a terra. Advertiu que quem pretende montar uma indústria de celulose não pode ter conflito agrário, não pode atacar o meio ambiente e, no caso do Brasil, seguir a legislação, que é a melhor que existe no mundo. **Klaudio Cóffani Nunes**. **Klaudio Cóffani Nunes** declarou que era geógrafo, sociólogo e advogado militante na área ambiental e na defesa do meio ambiente, e, também, diretor do CIESP. Enfatizou que um



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

empreendimento como esse causava grande satisfação para qualquer cidadão, porque testemunhava que a geração atual havia construído o futuro. Observou que a legislação ambiental brasileira era complexa e difícil de ser tocada por amadores, o que constituía um grande problema para a indústria, mas que o trabalho realizado pelos profissionais Poyry Tecnologia era substancial. Ponderou que se vivenciava ultimamente o seriíssimo problema de mudanças climáticas provocadas pela ação direta e indireta do homem, mas que, com certeza, esse é um aspecto pelo qual a empresa zelava e cuidava até mesmo porque com ele tanto o mercado interno como o externo se preocupavam. Observou que, com certeza, essa empresa participara do Inventário Estadual de Emissões de Gases de Efeito Estufa que a CETESB realiza com o apoio da CIESP e da FIESP. Outra questão fundamental, observou, é o tripé do desenvolvimento sustentável, que tem de ser observado e monitorado. Teceu comentários sobre as dificuldades que se enfrentava quando se pretendia transformar as Reservas Legais em Reservas Particulares do Patrimônio Natural, as RPPNs, e teceu comentários também sobre o trabalho que o Secretário de Meio Ambiente Bruno Covas vinha realizando acerca dos valores a serem cobrados pelos serviços prestados relacionados com as RPPNs, que se tratava de uma alternativa que casava a propriedade privada com conservação ambiental e com o aporte de recursos. Ao concluir, colocou-se à disposição para colaborar no que for necessário e possível no desenvolvimento de projetos de educação ambiental. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes dos órgãos públicos. **Leandro Orsi Brandi**, Diretor Jurídico do Município de Lençóis Paulista, comentou que a empresa faria com que viessem para o Município de Lençóis Paulista um grande número de trabalhadores, para que não houvesse problemas como sobrecarga do sistema de saúde e de outras infraestruturas municipais. Eu só queria deixar registrado isso para que a empresa esclarecesse. No mais, nós somos totalmente favoráveis a que se faça a implementação, não é necessário que se façam elogios maiores do que os que já me antecederam. **Márcio Canepelle Santarém**, Diretor de Saúde do Município de Lençóis Paulista, declarou que o grande desafio da saúde pública, em níveis de atenção básica e hospitalar, vem acompanhando o desenvolvimento da cidade e prestando um bom serviço tanto na parte curativa como preventiva, como bem mostravam os bons indicadores e as campanhas realizadas nas várias especialidades. E que esse trabalho, contando com os subsídios que virão da empresa, será suficiente para vencer o desafio que se apresenta. Passou-se à fase das réplicas e, como não houve nenhum questionamento, **Pedro Wilson Stefanini**, gerente industrial da Lwarcel Celulose Ltda., ofereceu informações sobre as florestas de eucalipto; declarou ser solidário à recuperação das áreas de preservação permanente; teceu comentário sobre sua crença na engenharia e, conseqüentemente, nas empresas que participam do projeto; elencou os motivos da opção pela celulose de eucalipto de excelente qualidade; teceu considerações sobre a situação jurídica das propriedades da empresa; sobre o posicionamento firme na obediência à legislação; sobre os fluxos migratórios e a entrada em Lençóis Paulista de técnicos com qualificação, para desenvolver o projeto, os quais, em sua maioria esmagadora, são pessoas que têm uma qualificação, uma especialização muito específica, enfim, uma *expertise* relacionada à montagem de grandes empreendimentos; sobre a influência do aquífero superficial no pouco desenvolvimento das raízes do eucalipto; sobre a crença de que será agregado valor às áreas de preservação permanente, na medida em que elas serão recompostas; sobre sua crença no eucalipto como uma cultura vencedora, que não concorre com alimento; sobre a oportunidade de se otimizar os planos antes de se iniciar o projeto, nós vamos ter oportunidade de otimizar os nossos planos; sobre a aposta de não se concorrer com a estrutura pública, em alguns setores como transporte e de serviços; acerca da compreensão de que o desenvolvimento econômico poderá ocorrer com a ampliação da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

arrecadação de impostos – o que acontecerá não apenas em Lençóis Paulista como também em municípios que abrigarem parques florestais, porque uma vez que a renda *per capita* dos municípios aumentará. Ao final, teceu comentários elogiosos àqueles que respeitam o grupo econômico e a qualidade do trabalho que realiza. **Kleib Fadel**, representante da empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA, reiterou os agradecimentos feitos pelo seu antecessor e elogiou as contribuições oferecidas, que tornaram o debate muito interessante e ofereceu um breve histórico sobre a empresa na qual trabalhava, sua trajetória e experiências com *softwares*, com modelos matemáticos, que, comentou, possuem um certo grau de imprecisão e ilustrou, com exemplos retirados de experiências anteriores, aspectos técnicos do processo. Enfatizou as dificuldades técnicas que envolvem um projeto desse porte, particularmente no que concerne aos recursos hídricos, detalhando, outrossim, as medidas garantidoras da prevenção e/ou minimização dos impactos, inclusive com a utilização de tecnologias que diminuam a emissão de gases de efeito estufa. Por exemplo, trocar o combustível em forno de cal e, também, trocar o combustível de uma caldeira, até mesmo dos transportes, veículos das empresas. Teceu considerações sobre a compensação ambiental, qual seja, a destinação de verbas num montante equivalente aos recursos investidos no empreendimento para preservação de unidades de conservação existentes na área do empreendimento. O Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho, declarou terem sido cumpridas todas as suas etapas. Informou que todo e qualquer interessado teria o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data desta audiência, para enviar contribuição ou sugestão que vise o aperfeiçoamento do projeto. Acrescentou que tal contribuição deveria ser encaminhada ou pelo correio eletrônico através do endereço consema.sp@ambiente.sp.gov.br ou através dos Correios ou, ainda, ser protocolada diretamente na Secretaria Executiva do CONSEMA. Agradeceu, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos da audiência. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, diretora do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.